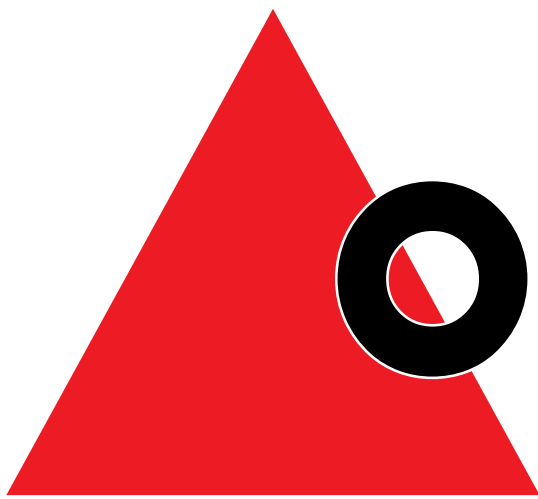




O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: António Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXXV • Junho / Julho / Agosto 2026 • Nº 133

IMPORTANTE VITÓRIA JUNTO DA CGA!



Pág. 3

PROMOÇÕES RETIDAS POR CONVENIÊNCIA?



Pág. 6

“RECONHECIMENTO E HOMENAGEM...”



Pág. 10

FACTOR HUMANO!

O Mais Importante das Forças Armadas



...que continua a não ser devidamente valorizado!

Separata de 4 Páginas

Comemoração dos 50 anos da CRP, 37 anos da ANS e 35 anos de “O Sargento”





EDITORIAL

Reforçar a ANS é dar mais Voz aos Sargentos!

A ANS caracteriza-se por ser a associação socioprofissional representativa da categoria de Sargentos!

Para cumprir esta condição impõe-se o conhecimento profundo da situação e dos problemas dos Sargentos, a defesa dos seus interesses e aspirações, a definição de forma organizada dos objectivos da luta nas várias situações e etapas da evolução da carreira, no âmbito da missão dos Sargentos de Portugal.

Mas, se diminui o conhecimento da situação e dos problemas, se fragilizam as posições de defesa dos interesses dos Sar-

gentos, se os objectivos das lutas a travar não são definidos com rigor, é inevitável a dificuldade no cumprimento da missão da ANS.

É imperativa a estreita proximidade e o permanente e vital contacto com a massa associativa e a manutenção de uma ligação organizada.

Se a ANS é factor determinante da força organizada e consciente dos Sargentos, reciprocamente é da massa associativa que emana a força da própria associação.

Importa, pois, para alcançar resultados na luta, nos objectivos e determinação dessa mesma luta, transmitir e sensibilizar

a massa para a importância da consciência de classe e, a partir daí, o apoio dessa massa aos dirigentes associativos que a representa.

Porque a questão “o que é a ANS?” tem sido, por vezes, objecto das mais variadas afirmações e interpretações, devemos ter algumas posições em consciência.

Naturalmente, (e embora haja quem pense que sim), não é quem está de fora que está em melhores condições de falar sobre a ANS. Inevitavelmente, quem está de fora, seja por força de preconceitos, seja por instrumentalização (consciente ou não) dos inimigos do associativismo, tende a valorizar situações esporádicas ou isoladas como sendo a prática e os objectivos centrais da associação, escapando-lhe, de todo, aquilo que é mais profundo, mais geral, mais característico na vida e na

actividade contínua da nossa ANS.

Eventualmente por isso, há ainda alguns que de longe e de fora tomam como certa a imagem distorcida que a desinformação e as campanhas anti associativas produzem.

É de enorme importância que os dirigentes, delegados, associados e amigos do associativismo, esclareçam os camaradas menos informados, mas, sobretudo, aqueles que forem mais permeáveis às campanhas de difamação, e os tragam a conhecer o trabalho, os objectivos, as lutas travadas, o caminho da ANS.

Este é um trabalho que incumbe a todos os que firmemente acreditam que é possível. Mas mais do que isso, é absolutamente necessária uma organização forte e representativa, como verdadeira e efectiva Voz dos Sargentos de Portugal! ▲

Acto normal, democrático e necessário na vida associativa!

Na inexorável passagem do tempo, aproxima-se o final do mandato dos correntes Órgãos Sociais da nossa ANS (2025/2026).

Mais um mandato marcado por inúmeras iniciativas, projectos, reuniões, mas, também, por alterações no plano político e governamental e nas condições socioprofissionais.

Nesta conformidade e de acordo com o calendário previsto, no dia 30 de Janeiro de 2027, em local e hora a anunciar, deverá ter lugar a eleição dos Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2027/2028, ficando assim aberto o espaço para apresentação de listas de candidatura a estas eleições.

Conforme o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral, as listas de candidatura que eventualmente se venham a constituir, deverão dar entrada na sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até vinte dias antes da data do acto eleitoral.

Ainda de acordo com este Regulamento, cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger, com a identificação dos seus componentes (nome, idade, posto, ramo, local onde presta serviço e número de asso-



ciado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação dos dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, cem associados com a situação devidamente regularizada, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

Consciente das suas responsabilidades e obrigações, a Direcção da ANS está já a trabalhar na constituição da lista que apresentará a sufrágio, para que a continuidade deste projecto de defesa dos interesses da classe seja uma realidade, cumprido que está o trigésimo sétimo ano de vida desta associação de âmbito socioprofissional.

Porém, é a palavra e a acção dos associados, da massa associativa, razão de ser de uma instituição como esta, que é verdadeiramente determinante. Neste e em todos os eventos em torno da vida e da actividade associativa é a palavra, a expressão e a força dos associados que sustenta a continuidade desta estrutura representativa da classe dos Sargentos de Portugal, a Associação Nacional de Sargentos! ▲



Dor e Luto!



A ANS e o jornal “O Sargento” associaram-se à mensagem de luto do Exército Português na sequência do trágico falecimento do Soldado Pedro Girão Gonçalves (22 anos, natural de Torres Novas) e do Soldado Francisco Abrantes Oliveira (21 anos, natural de Águeda), na sequência de um atropelamento ocorrido no passado dia 21 de Agosto, uma Sexta-feira, na área de serviço de Cantanhede, na A1, quando prestavam auxílio ao condutor de um veículo pesado que se encontrava imobilizado devido ao rebentamento de um pneu.

Os dois militares regressavam à sua Unidade, em Tancos (Regimento de Engenharia nº1), depois de terem estado empenhados, ao longo daquela semana, na montagem de uma ponte militar na região de São Pedro do Sul, cumprindo a missão de responder às necessidades dos cidadãos, sempre que para tal são chamados.

Endereçamos as mais sentidas condolências aos seus familiares, amigos e camaradas e, extensivamente, ao Exército Português.

Informados desta trágica notícia, Emmanuel Jacob (Presidente da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares) e Iñaki Unibaso (Secretário Geral da AUME – Associação Unificada de Militares de Espanha) transmitiram as suas condolências e reafirmaram a incondicional solidariedade. ▲



O Diálogo Que Depende da Farda



Há situações que, vistas de longe, parecem contraditórias. Vistas de perto, tornam-se difíceis de explicar.

Num mesmo Governo, um ministro reúne regularmente com sindicatos e associações representativas para discutir carreiras, condições de trabalho e expectativas profissionais. Noutro ministério, continuam a existir associações socioprofissionais legalmente constituídas que, apesar do enquadramento legal existente, permanecem afastadas dos processos de decisão sobre matérias que afectam directamente a vida dos seus associados.

A pergunta impõe-se: porquê?

Será que os problemas dos profissionais da segurança merecem diálogo e os dos militares apenas informação? Será que a participação é uma virtude num sector da Administração Pública e um incómodo noutro? Ou estaremos perante uma cultura institucional que continua a olhar para a participação associativa como uma

ameaça em vez de a encarar como uma oportunidade?

A resposta mais fácil seria dizer que a diferença está na existência de sindicatos. Mas será essa a verdadeira explicação?

A GNR não possui sindicatos e, ainda assim, beneficia frequentemente do ambiente negocial criado pela pressão sindical existente na área da Administração Interna. Quando os sindicatos da PSP são recebidos, quando as reivindicações ganham espaço público e quando o poder político sente necessidade de responder, os reflexos acabam inevitavelmente por atingir toda a área governativa.

Nas Forças Armadas, pelo contrário, a realidade parece diferente. As associações socioprofissionais existem, representam milhares de militares e possuem legitimidade legal reconhecida. Contudo, continuam muitas vezes remetidas para um papel periférico, como se ouvir quem vive diariamente os problemas da instituição fosse facultativo.



Mas talvez a questão seja ainda mais profunda.

Quem fala hoje pelos militares?

As associações tentam fazê-lo. As chefias deveriam fazê-lo. O poder político afirma fazê-lo.

Mas os problemas persistem.

Faltam militares. Multiplicam-se as dificuldades de recrutamento e retenção. Aumentam as exigências operacionais. Crescem as preocupações das famílias. Acumulam-se anos de promessas, estudos, grupos de trabalho e diagnósticos que raramente se transformam em soluções estruturais.

Perante esta realidade, seria legítimo esperar que todas as vozes fossem chamadas a contribuir.

No entanto, parece existir uma preferência por um modelo em que a informação sobe na cadeia hierárquica e desce sob a forma de decisão, sem que exista um verdadeiro espaço de participação dos representantes associativos.

E aqui surge outra pergunta incómoda.

Será que algumas chefias se transformaram numa espécie de filtro entre os problemas reais e o poder político?

Não por falta de competência ou de dedicação. Mas porque o próprio sistema cria uma relação de dependência que nem sempre favorece o confronto aberto com quem decide.

Quando as carreiras superiores de-

pendem da confiança política, quando a estabilidade dos cargos resulta de nomeações governamentais e quando o contraditório é frequentemente confundido com deslealdade, cria-se um ambiente onde a prudência pode acabar por substituir a frontalidade.

O resultado está à vista.

Os militares sentem que não são ouvidos.

As associações sentem que não são devidamente reconhecidas.

As chefias sentem-se limitadas.

E o poder político continua a afirmar que tudo está a ser acompanhado.

Talvez o verdadeiro problema não seja jurídico. Nem sequer seja organizacional.

Talvez seja cultural.

Porque um Estado que dialoga com uns e ignora outros está, na prática, a transmitir uma mensagem preocupante: a de que a participação não é um princípio, mas uma opção.

E quando o diálogo deixa de ser um princípio, passa inevitavelmente a depender da farda que se veste.

Ora, num Estado de Direito, isso nunca deveria acontecer.

"A força de uma instituição não reside apenas na solidez da sua hierarquia, mas na capacidade de quem a dirige para compreender quem a sustenta."

Ernesto Rebocho ▲



Importante Vitória junto da CGA!

Como se já não bastassem os conhecidos problemas colocados pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) aos seus subscritores e beneficiários militares, nomeadamente no que respeita ao pagamento de pensões e compensações decorrentes de acidentes em serviço e doenças adquiridas ou agravadas em serviço, bem como em relação às propostas de reforma por incapacidade de militares dos Ramos das Forças Armadas, desautorizando as Juntas de Saúde Militares e os próprios Chefes dos Ramos, no passado mês de Julho muitos militares que tiveram despacho definitivo da CGA, de pensão de reforma até ao início de Julho do corrente ano, não receberam junto com a pensão o corres-



pondente 14º mês (equivalente ao subsídio de férias) a que, legitimamente, têm direito.

Houve quem recebesse, houve quem não recebesse, verificando-se assim uma dualidade de critérios e tratamento diferenciado para beneficiários em iguais circunstâncias, demonstrando desnorte nos serviços que processam estes abonos.

Alertada por diversos camaradas, associados e até não associados, a ANS entendeu efectuar a denúncia pública da situação por meio do Comunicado Nacional 03/2026, de 23 de Julho. Após esta denúncia, a CGA admitiu que uma falha nas parametrizações do sistema de informação impediu o pagamento do 14º mês a algumas dezenas de militares recém-reformados, garantindo regularização no mês de Agosto, o que, tanto quanto sabemos, veio a acontecer.

Para a ANS esta vitória deve servir de incentivo para que mais Sargentos se associem, pois sempre que um Sargento luta e vence, abre caminho para que todos os Sargentos possam vencer também, nas muitas e variadas lutas que enfrentamos.

Nunca é demais reforçar que quantos mais Sargentos se associarem, mais força terá a ANS nos combates que tiver de travar.

Um dos associados que viu a sua situação regularizada, lembrou aos ainda não associados, mas que também viram a situação regularizada, que "a ANS não vive de ar e vento!". ▲



“25 ANOS EM DOIS POSTOS E EM RISCO DE VIDA: O CUSTO DA LEALDADE MILITAR.”



Ingratos!!!

Se abrimos o dicionário da Língua Portuguesa, a definição é clara: ingrato é aquele “que não reconhece os benefícios recebidos” ou aquele “que paga o bem com o mal”.

A palavra ecoa com frequência nos bastidores do poder militar, lançada como um veredicto ligeiro contra os Sargentos que abandonam as fileiras extemporaneamente ao atingirem o mínimo das condições exigidas, ou aos que tendo de aguardar, atingem os 57 anos de idade para poderem aspirar ser promovidos ao posto de Sargento-Mor.

Olham-nos de cima, na Marinha, no Exército e na Força Aérea, como se o topo da carreira fosse uma benesse tardia e não um direito conquistado.

Contudo, uma análise honesta à rea-

lidade das Forças Armadas impõe uma pergunta incômoda: afinal, quem são os verdadeiros ingratos?

A esmagadora maioria dos Sargentos que hoje conseguem chegar aos postos cimeiros carregam o peso de uma vida de sacrifícios contínuos.

Passaram décadas longe das famílias e abdicaram da estabilidade pessoal em prol do cumprimento do dever.

Estagnaram cerca de 25 anos em apenas dois postos da carreira, vendo o tempo passar enquanto a sua dedicação permanecia inalterada. Arriscamo-nos a dizer que “todos” cumpriram e descontaram mais do que os 40 anos necessários para atingir a situação de Reserva e posteriormente a situação de Reforma, cumprindo escrupulosamente um contrato social que o Estado e as chefias decidiram rasgar unilateralmente a meio do percurso.

Isto é, por definição, pagar o bem com o mal.

Esta dedicação foi testada ao limite nas condições severas em que serviram.

Estes militares desempenharam múltiplas funções/cargos em simultâneo, frequentemente sem meios ou com recursos obsoletos e deficientes. Esta gritante carência material não representava apenas um obstáculo logístico, mas aumentava directamente a percentagem de risco de vida a que estavam expostos diariamente no cumprimento das missões. Mesmo sem ferramentas dignas, entregaram tudo o que tinham, alguns não aguentando a pressão, no limite acabaram por desistir da própria vida ou terminar com o seu casamento, compensando as falhas do Estado com a sua própria segurança física ou familiar.

Em troca do seu brio, receberam anos de congelamentos salariais, perda de poder de compra e reformas comprometidas por fórmulas de cálculo injustas que deveriam ter sido acauteladas.

Pior do que a asfixia financeira foi a rasteira moral: a atribuição de avaliações de mérito artificialmente baixas ou mesmo manipuladas para os travar nas promoções nos tempos prometidos, privando-os dos vencimentos nas alturas devidas, a par da recusa do vencimento de posto superior pelas funções acumuladas ou subtração de outros vencimentos, ajudas de custo ou subsídios que deveriam já ter sido actualizados há longo tempo, porque a Lei assim o impõe.

Foram transformados em “colaboradores” forçados na ascensão dos seus su-

periores, em vez de profissionais valorizados numa Instituição Militar Estatal que se quer, e diz ser, credível.

É aqui que reside a falha mais grave.

Os Chefes e Generais falharam redondamente no seu dever de tutela.

A tutela exige protecção, zelo e a defesa intransigente dos direitos dos subordinados.

Em vez disso, as chefias demonstraram a mais pura ingratidão: utilizaram a lealdade e os benefícios do trabalho destes homens e mulheres como degrau para as suas próprias carreiras e, uma vez alcançado o topo, recusaram reconhecer esse esforço, descartando-os.

Hoje, perante a gravíssima crise de efectivos que assombra a Defesa Nacional, essas mesmas chefias pretendem reter, de forma egoísta, os militares de confiança que sempre os serviram, exigindo-lhes mais, sem qualquer contrapartida ou pedido de desculpas pelo passado.

Não há ingratidão em quem exige justiça após uma vida de abandono institucional.

Com toda a certeza, a verdadeira ingratidão pertence a quem comanda e falha no dever de tutela, recusando erguer a voz para defender aqueles que, na escassez e no perigo, garantiram o brilho das suas fardas e medalhas.

...a verdadeira ingratidão pertence a quem comanda e falha no dever de tutela...

Um Sargento devidamente identificado ▲

“Muita Parra, Pouca Uva” - A Ficção das Forças Armadas

Há expressões antigas que resistem ao tempo porque descrevem realidades que teimam em não mudar.

“Muita parra, pouca uva” talvez seja a mais justa metáfora para o estado actual das Forças Armadas portuguesas.

Vivemos rodeados de anúncios de modernização: novos sistemas, novos radares, novos drones, novos navios, novas plataformas, novas estratégias... tudo novo. A única coisa que não parece nova é a eterna incapacidade de resolver o elemento mais básico da equação: as pessoas.

Temos material que impressiona, discursos que inspiram e relatórios que enchem gavetas. Mas quando abrimos a porta do quartel, encontramos sempre o mesmo cenário: falta quem execute, falta quem opere, falta quem mantenha, falta mão de obra. E mão de obra não se compra. Cultiva-se.

A pirâmide hierárquica, essa construção que deveria assentar sobre uma base sólida de Sargentos e Praças, os motores silenciosos da instituição, está cada vez mais invertida. Temos mais chefias do que soldados, mais estrelas do que braços, mais gabinetes do que ferramentas. É como construir um navio com uma ponte de comando magnífica... e esquecer o motor. Brilha, mas não anda.

As Forças Armadas portuguesas tornaram-se especialistas em investir na fotografia do futuro enquanto ignoram o esqueleto do presente.

Moderniza-se a máquina, mas negligencia-se o homem.

E, ironicamente, depois espantamo-nos quando o sistema parece frágil.

O problema não está na tecnologia, essa é sempre bem-vinda. O problema está na incoerência estrutural de quem insiste em privilegiar o topo sem olhar para a base.

Como se a instituição fosse feita de relatórios e não de pessoas reais, com vidas reais, salários reais e limitações reais.

Fala-se em “excelência”, mas evita-se olhar para a realidade: salários pouco competitivos, carreiras estagnadas, ausência de perspectiva, reconhecimento insuficiente e uma cultura organizacional que ainda confunde hierarquia com distância.

E depois pergunta-se, com ar surpreendido, porque não há candidatos! É simples: porque ninguém entra para um sistema onde a missão pesa, mas o valor humano não compensa.

As Forças Armadas são essenciais para um país, não apenas para a defesa, mas para a coesão, para a segurança, para a soberania e independência e para a própria autoestima nacional. Mas para isso precisam de pessoas, de base, de músculo, de prática, de realidade.

A verdade é esta: não são os progra-

mas milionários que fazem mover a instituição. São os Sargentos e as Praças, os que carregam a engrenagem, os que mantêm, os que reparam, os que operam, os que executam. Aqueles que raramente aparecem nos discursos, mas sem os quais nenhum discurso faria sentido.

Talvez fosse tempo de perceber que uma Força Armada não vive de elites: vive de equilíbrio. E que não há modernização possível enquanto a pirâmide continuar virada ao contrário. Os equipamentos não substituem pessoas; amplificam-nas. Sem gente suficiente, competente e motivada, qualquer investimento é apenas um luxo disfarçado de estratégia.

Por isso, sim: “muita parra, pouca uva”. E talvez esteja na hora de recordar que, sem uvas, não há vinho. E sem vinho... bem, sem vinho não se faz história, muito menos defesa nacional.

*Ernesto Rebocho
SCH-RES ▲*



Fanfarra do Exército celebrou 20 anos de história, tradição e excelência.



Duas décadas de dedicação, disciplina e compromisso com a música militar foram assinaladas com um Concerto Comemorativo e uma Cerimónia Militar que reuniram militares, antigos elementos, familiares, convidados e amigos da Fanfarra do Exército.



Sob a liderança do Sargento-Chefe Francisco Leite Silva, Chefe da Fanfarra do Exército, tem procurado preservar a tradição da música militar, sem deixar de acompanhar os novos desafios e exigências da sua missão. A comemoração dos vinte anos constituiu, também, uma oportunidade para reconhecer o trabalho, a dedicação e o profissionalismo de todos aqueles que integram ou integraram esta formação ao longo das últimas duas décadas.

Este vigésimo aniversário foi assinalado nos passados dias 14 e 15 de Julho, com um conjunto de iniciativas, tendo como momentos altos um Concerto Comemorativo realizado no Auditório Princesa Benedita no CAS/Oeiras e uma Cerimónia Militar nas instalações da Fanfarra do Exército.

Perante uma plateia composta por

militares, familiares, antigos elementos e convidados, a Fanfarra apresentou um programa diversificado, demonstrando a versatilidade e a qualidade artística dos seus músicos.

O Concerto Comemorativo constituiu um dos momentos mais marcantes das celebrações, e entre os momentos de maior destaque esteve a estreia mundial de uma nova obra musical, “*Signum Vocis – O sinal da voz*”, composta especialmente para ser estreada nesta ocasião. O seu compositor, Flávio Expedito Oliveira, foi ele próprio militar na Fanfarra do Exército durante os últimos seis anos, tendo passado à disponibilidade há poucos meses atrás. O título, “*Signum Vocis*” encerra um profundo simbolismo pois a palavra latina Signum é utilizada para designar os sinais divinos, os chamamentos e as marcas de uma missão. Nesta obra, a Fanfarra do



Exército torna-se esse sinal: um símbolo de identidade, de serviço, de honra e de compromisso, narrando capítulo após capítulo a sua história e a missão que tem desempenhado ao longo destas duas décadas.

No concerto revelou-se ainda a capacidade da Fanfarra para conjugar a tradição e a inovação, mantendo a sua identidade enquanto formação militar e, simultaneamente, apresentando ao público uma abordagem musical dinâmica e diversificada.

As comemorações prosseguiram com uma cerimónia militar, marcada pela solemnidade e pelo simbolismo. Após as honras regulamentares, foram prestadas homenagens a todos aqueles que contribuíram para a história da Fanfarra ao longo dos seus vinte anos de existência, sendo um dos momentos de maior significado a atribuição de condecorações a elementos dos órgãos musicais, como reconhecimento pelo mérito, dedicação e profissionalismo demonstrados ao serviço.

Após este acto procedeu-se ao desceramento de uma placa alusiva ao 20º aniversário, que ficará como testemunho permanente desta importante etapa da história da Fanfarra do Exército. A inevitável fotografia de grupo reuniu atuais e antigos elementos, simbolizando a continuidade de uma instituição construída ao longo de duas décadas por homens e mulheres unidos pela música, pela farda, pelo espírito de missão e pelos valores militares. As comemorações terminaram com um almoço festivo, num ambiente de amizade, confraternização e camaradagem, proporcionando o reencontro de antigos companheiros.

Ao longo destes 20 anos, a Fanfarra do Exército afirmou-se como uma importan-

te embaixadora da música militar portuguesa, participando em cerimónias militares, eventos protocolares e iniciativas de natureza institucional e cultural, contribuindo para a divulgação da imagem e do prestígio do Exército Português, no País e no estrangeiro.

Para o Sargento-Chefe Francisco Leite Silva, Chefe da Fanfarra, esta comemoração representa não apenas a celebração de um percurso, mas também uma responsabilidade acrescida perante o futuro. Preservar a herança recebida, valorizar os militares da especialidade e criar condições para a renovação e continuidade da Fanfarra constituem desafios essenciais para as próximas gerações.

Os vinte anos da Fanfarra do Exército são, assim, memória, reconhecimento e compromisso. Memória de todos os que ajudaram a construir esta história; reconhecimento pelo trabalho daqueles que, diariamente, dão corpo à missão; e compromisso com o futuro de uma formação que continua a levar a música, a disciplina e os valores do Exército aos mais diversos palcos.

A celebração dos 20 anos não representa, por isso, um ponto de chegada, mas antes um novo ponto de partida. Um compromisso renovado com a excelência, com a tradição e com o futuro da Fanfarra do Exército.

Vinte anos depois da sua criação, a música continua a ser a sua voz. E essa voz continuará a representar o Exército, com orgulho, dignidade e sentido de missão.

“O Sargento” saúda a Fanfarra pelos seus 20 anos de “voz a representar o Exército” e não pode deixar de saudar o seu Chefe, o camarada Francisco Leite Silva que integra os actuais órgãos sociais da ANS como Relator do Conselho Fiscal. ▲





Promoções Retidas por Conveniência?

As Forças Armadas estão reféns de um garrote administrativo que viola a lei. O atraso crónico nos despachos governamentais e na fixação dos efectivos anuais não é mera burocracia, é uma asfixia deliberada que confisca vencimentos, destrói carreiras e força os militares a pagar do próprio bolso a sustentabilidade da instituição, perante a passividade do Ministério da Defesa Nacional.



A dignidade e a prontidão das Forças Armadas portuguesas estão a ser sacrificadas na secretaria. Sob o pretexto de uma dependência cega de despachos governamentais e da autorização anual de efectivos, o poder político mantém a progressão nas carreiras militares em estado de paralisia. Este arrastar de pés institucional, que faz com que as ordens de promoção continuem a sair sistematicamente fora do tempo devido, ultrapassou a barreira da ineficiência, tornou-se uma afronta directa ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e uma injustiça flagrante que penaliza gravemente quem jurou defender a Pátria.

Cumpridos todos os requisitos de tempo, mérito e competência consagrados na lei, a promoção deveria ser um acto automático e inviolável. Em vez disso, os militares enfrentam um limbo inaceitável. Assumem as responsabilidades, o comando e os riscos de postos superiores, mas continuam algemados ao estatuto remuneratório antigo. É um modelo de exploração laboral patrocinado pelo próprio Estado.

O Confisco dos Vencimentos e o Assalto à Reforma

O impacto financeiro desta retenção de despachos é um ataque directo ao bolso e à estabilidade familiar dos operacionais. É imperativo denunciar que os vencimentos devidos só começam a ser pagos a partir da data de publicação do despacho e não a partir da data em que a promoção devia, por lei e por direito estatutário, ter ocorrido. Esta manobra administrativa limpa meses de retroactivos legítimos e constitui uma apropriação indevida do esforço alheio.

As consequências desta fraude temporal estendem-se até ao fim da vida activa. Ao violar o espírito do EMFAR, que prevê o desenvolvimento harmonioso da carreira, estes períodos de congelamento forçado prejudicam também gravemente os cálculos das pensões de reforma. Anos de descontos devidos desaparecem no éter burocrático, traduzindo-se numa perda real e irreversível de poder de compra no momento da passagem às situações de Reserva e Reforma. Trata-se de uma penalização vitalícia imposta a quem deu o seu melhor, anos a fio.

Bloqueio Operacional: Humilhação Interna e Prejuízo Internacional

A asfixia das promoções paralisa e desorganiza ainda a gestão de recursos humanos das próprias Forças Armadas:

Colocações Cegas: Os processos de deslocamento e

transferência continuam a ser geridos com base no posto formal que o militar detém no papel e não segundo as funções reais que ele já devia estar a desempenhar. Isto gera disfuncionalidades graves no terreno e uma enorme instabilidade nas vidas das famílias militares, sujeitas a mudanças sem o devido enquadramento e sem o respectivo posto correspondente às necessidades logísticas.

Veto a Cargos Internacionais: No plano externo, Portugal perde influência e prestígio de forma absurda. O acesso a cargos e funções internacionais de relevo na NATO, na União Europeia ou em representações diplomáticas exige postos específicos. Ao verem as suas promoções confiscadas na gaveta de um ministério, os Oficiais, Sargentos e Praças portugueses ficam impedidos de concorrer a estas vagas. O País autoexclui-se da alta esfera da segurança internacional porque a tutela se recusa a assinar um papel a tempo.

O Sangramento do Moral e a Crise Invisível da Desmotivação

Tão grave como o prejuízo financeiro e material é, também, o impacto psicológico e humano que este cenário impõe às fileiras. O incumprimento sistemático dos prazos legais por parte do Estado está a gerar uma vaga sem precedentes de desmotivação profunda entre os militares. Sentir que o mérito é ignorado e que o cumprimento do dever é respondido com desrespeito institucional está a destruir o moral nos quartéis.

Esta asfixia continuada funciona como um catalisador para o abandono precoce das Forças Armadas. Jovens quadros qualificados, cuja formação custou milhares de euros ao erário público, optam por rescindir os seus contratos devido à total ausência de previsibilidade e estabilidade nas suas vidas. O sentimento de desamparo perante a injustiça gera uma quebra de confiança irreparável entre a base e a tutela, comprometendo irremediavelmente a capacidade de atracção e retenção de talento numa instituição que já sofre com a falta crónica de efectivos.

Regressão Histórica: Militares a Subsidiar o Estado?

A pergunta que ecoa nos quartéis e na sociedade é

clara: estaremos a regressar aos tempos mais negros da nossa história recente? Voltámos à era em que as promoções eram retidas até aos últimos dias do ano, fingindo-se uma normalidade com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro, apenas para maquilhar as contas públicas?

Se estas promoções e a previsão de efectivos foram acauteladas e aprovadas no Orçamento do Estado do ano anterior, por que motivo o dinheiro não é libertado de forma automática para a instituição militar logo no arranque do ano civil? Se o orçamento existe e a verba está consignada, a exigência de um despacho político adicional é um contra-senso. Ou as regras regulamentares estão obsoletas e desfasadas da realidade, ou então estamos perante uma estratégia deliberada de cativação encapotada.

Há que ter a coragem de colocar a questão sem panos quentes: *estará o Governo a poupar dinheiro à custa do suor e do trabalho dos militares?* Ao exigir que exerçam funções de maior responsabilidade com salários desactualizados, a conclusão é inevitável: são os próprios militares que estão a subsidiar e a financiar o funcionamento da instituição militar portuguesa.

Um Apelo Urgente ao Ministro da Defesa Nacional

Exigir prontidão total a quem se nega a justiça mais elementar é uma hipocrisia política que destrói o moral das Forças Armadas. O Ministro da Defesa Nacional não pode continuar a assobiar para o lado perante este atropelo flagrante ao EMFAR. Cabe à tutela ministerial pôr fim a este garrote político e administrativo de forma imediata.

As promoções não são um prémio, uma esmola ou uma benesse governamental, são um direito estatutário, uma contrapartida legal pelo risco assumido e um pilar essencial da segurança nacional. Se o Ministério da Defesa Nacional quer manter a credibilidade das instituições que tutela, tem de passar das palavras aos actos: libertar-se o automatismo das verbas e respeite-se, de uma vez por todas, quem serve Portugal na primeira linha de defesa, até porque agora parece que não faltam condições, como ultimamente nos habituámos a ouvir.

Sargento devidamente identificado ▲

“Luz que Fala no Silêncio!”

O nosso camarada Ernesto Rebocho, Sargento-Chefe da Força Aérea, na situação de Reserva, associado da ANS e com diversas colaborações no jornal “O Sargento”, dedicou-se à escrita, assinando com o pseudónimo “Bento”. No passado dia 8 de Junho, procedeu a uma sessão de autógrafos e apresentação da sua primeira obra na Feira do Livro, no Parque Eduardo VII, em Lisboa.

Na sequência deste acto, decidiu fazer a oferta de um exemplar desta “Luz que Fala no Silêncio” para a biblioteca da ANS, enriquecendo assim o nosso acervo bibliográfico.

Da dedicatória consta o seguinte texto:

“À Associação Nacional de Sargento, casa de Memória, de Dignidade e de Defesa daqueles que fizeram do serviço uma forma de vida.

Que este livro seja um testemunho da palavra dos Sargentos, da sua humanidade, da sua coragem e da luz silenciosa com que, tantas vezes, sustentam as Instituições e servem Portugal.

Com profunda consideração e sentido de pertença, Bento”.



Ao camarada Ernesto Bento Rebocho agradecemos a oferta e fazemos votos de que esta seja a primeira de muitas outras obras. ▲



23 anos depois, o 10 de Junho em Angra do Heroísmo!

Vinte e três anos depois, a cidade de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira - Açores, acolheu as comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas entre os dias 6 e 10 de Junho passados, contando com a presença do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, e iniciativas que uniram Forças Armadas, cultura e a população local.

A cerimónia militar, realizada no próprio dia 10 de Junho, no Cerrado do Bailão, incluiu honras militares, homenagem aos mortos em combate e desfile militar, com efectivos representando os três ramos das Forças Armadas, integrando também alunos de estabelecimentos militares de ensino.

A ANS esteve representada por Horácio Pinheira, Vogal do Conselho Fiscal (Sargento-Mor da FAP), que presta serviço na Base Aérea nº 4, na ilha Terceira.

Das diversas iniciativas populares destacaram-se o tradicional almoço, em ambiente muito informal, com a população no Porto Judeu, e a feira de exposições das Forças Armadas.

As comemorações integraram ainda diversos momentos culturais, tais como, concertos, espectáculos de fogo de artifício, onde se integrou ainda a condecoração da Universidade dos Açores.

As celebrações diárias contaram com o solene hastear e arrear da Bandeira Nacional em pontos chave da cidade Património Mundial da UNESCO. ▲



74 anos da FAP, em Viana do Castelo



Depois da recepção dos convidados feita na biblioteca municipal de Viana do Castelo, com uma excelente vista para o rio Minho, a cerimónia militar teve início pelas 10H30. Presidida pelo ministro da Defesa Nacional, contou ainda com a presença do presidente da Comissão de Defesa Nacional, do presidente da Câmara e da presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, representantes dos outros ramos das Forças Armadas, da PSP, da GNR, adidos militares, associações profissionais de militares e outras associações, entre outras entidades. A ANS esteve presente, representada pelo Vogal da Direcção, Hélder Costa, Sargento-Ajudante do Exército.

Destaque para a condecoração de vários antigos combatentes, representando diversas especialidades da Força Aérea.

O discurso do CEMFA, foi conciso, enaltecendo as missões, o trabalho e os investimentos da Força Aérea, mas não deixou de expressar a preocupação com o investimento, ou falta dele, no pessoal por forma a cativar o recrutamento, a motivar o ingresso de novos militares e, sobretudo, a reter aqueles que entram e os que já fazem parte deste ramo.

Na sua intervenção, o MDN começou por pedir desculpa por encurtar o seu discurso, em consideração ao pessoal formado, e enalteceu todo o trabalho prestado pela Força Aérea, destacou as missões de salvamento, o transporte de órgãos, o apoio às catástrofes e mais recentemente a prontidão no envio de ajuda para a Venezuela, mas sem se comprometer com qualquer afirmação de que algo estaria a ser feito em prol "do pessoal";

Após o desfile das forças em parada, terminada a cerimónia militar, foi servido o almoço num restaurante, e antes do corte do bolo comemorativo, foi feita uma demonstração por elementos do rancho de Santa Marta de Portuzelo, sobre as tradições culturais e musicais do Minho e, em especial, de Viana do Castelo. ▲



ANS presente nos 234 anos do IASFA



Fotos InfoIASFA

A Associação Nacional de Sargentos, na pessoa do Sargento-Chefe Carlos Colaço, Vice-Presidente da Direcção e representante da ANS, como Vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), esteve presente em resposta ao convite deste Instituto, nas Cerimónias Comemorativas do Dia do IASFA, no âmbito do seu 234º aniversário e do 37º aniversário do Centro de Apoio Social de Oeiras (CAS/Oeiras), local onde decorreu o evento, presidido pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Álvaro Castelo Branco.

Na cerimónia tomaram a palavra o Presidente do Conselho Directivo do IASFA, TGEN Morgado Baptista, o be-

neficiário do IASFA mais antigo residente no CAS/Oeiras e, finalmente, o SEADN.

Após os discursos foi cantado o hino do IASFA, pela Tuna do Instituto e de seguida teve lugar a homenagem a vinte e dois militares e civis ligados ao Instituto, com a imposição de condecorações e a entrega de louvores e medalhões do IASFA, entre eles ao Sargento-Mor Eduardo Duarte e ao Sargento-Chefe José Franco. Foi atribuído um Diploma de Reconhecimento ao Coronel Luís Paula Campos, antigo Vogal do Conselho Consultivo, em representação da AOFA.

A cerimónia terminou com o corte do bolo de aniversário e um porto de honra servido no refeitório deste Centro de Apoio Social. ▲



Fotos InfoIASFA



O Estatuto do Antigo Combatente: Entre a Promessa Política e a Realidade Administrativa

A discussão pública em torno dos direitos dos antigos combatentes regressou ao palco mediático com o anúncio do alargamento de benefícios nos transportes públicos a nível nacional. No entanto, o que deveria ser um acto de reconhecimento histórico e social transforma-se, frequentemente, num campo de batalha de retórica política, gerando expectativas que esbarram na burocracia e nas restrições financeiras do Estado.

O debate sobre a paternidade das medidas sociais é crónico no parlamento. Quando um benefício de grande impacto humanitário — como a gratuidade dos transportes para quem serviu o país — é anunciado, assiste-se recorrentemente a uma troca de acusações de populismo entre bancadas parlamentares. A autoria de propostas legislativas é disputada entre partidos da oposição e o governo em funções, diluindo o foco principal: a eficácia e a rapidez da aplicação prática da lei na vida dos cidadãos.

viúvas de antigos combatentes expõe a existência de critérios de exclusão rigorosos na lei. Para as famílias, a sensação é de que existem combatentes de “primeira” e de “segunda” categoria, onde o reconhecimento do sacrifício familiar cessa com o falecimento do titular, desamparando quem partilhou as sequelas indirectas da guerra.



A Necessidade de Transparência

Para que as notícias e os anúncios governamentais não funcionem como falsas expectativas, importa que a comunicação social e os decisores políticos façam uma distinção clara entre a aprovação de uma



A Semântica da Distinção: “Antigos” vs. “Ex-Combatentes”

Embora o termo jurídico e oficial consagrado na Lei nº 46/2020 seja “*Antigo Combatente*”, o uso coloquial da expressão “*ex-combatente*” persiste. Mais do que uma mera questão de dicionário, a linguagem reflecte a percepção de um hiato geracional. Atendendo à idade avançada daqueles que combateram nos diferentes teatros de guerra nas antigas colónias, o universo de beneficiários directos é, por força da demografia, cada vez mais reduzido. Esta realidade biológica torna os argumentos de “insustentabilidade financeira” ou de “complexidade de implementação” difíceis de aceitar por quem vê o tempo de usufruir destes direitos a esgotar-se.

A Realidade das Viúvas e Cônjuges

Um dos pontos mais sensíveis e geradores de sentimento de injustiça prende-se com a transmissão de direitos aos cônjuges sobreviventes. A recusa reiterada de cartões de benefício ou de pensões a

intenção e a sua real aplicabilidade. O verdadeiro respeito pelos antigos combatentes e pelos seus sobreviventes mede-se na desburocratização dos processos e na garantia de que os direitos anunciados chegam a tempo a quem deles necessita. Assim é perverso apontar o alargamento da gratuidade de transportes a nível nacional para os antigos militares, sabendo, desde logo, que este processo esbarra num problema estrutural ausente nas grandes cidades. Nas zonas de baixa densidade populacional do interior do país, onde reside uma percentagem significativa de veteranos, a escassez ou inexistência de redes de transporte público regular anula o efeito prático do direito concedido pelo Parlamento, transformando o benefício territorial num privilégio teórico.

Contrastando com este desiderato, constatamos a facilidade na execução em conceder e inclusive alargar essa gratuidade a todos os residentes de cidades como a do Porto, onde residem cerca de 700.000 cidadãos comuns.

Leitor devidamente identificado ▲

Novo Assessor do General CEME



O Sargento-Mor Rodrigo Manuel Matos Minhava nasceu a 27 de Outubro de 1969, em Vila Real. Ingressou na Escola de Sargentos do Exército em 1992 onde frequentou o curso de Infantaria. Foi promovido ao actual posto em 13 de Fevereiro de 2025.

Está habilitado com o Curso de Sargentos do Quadro Permanente de Infantaria, os cursos curriculares de carreira e o Curso de Adjunto do Comandante/Director/Chefe.

Possui ainda, entre outros, cursos nas áreas de Informações, Segurança Militar, Material Cripto, Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência, Operações de Apoio à Paz.

Ao longo da sua carreira, em diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército e no estrangeiro, desempenhou cargos no Corpo de Alunos da Escola de Sargentos do Exército, como Adjunto do Chefe da Secção de Administração Escolar, Sargento de Operações, Informações e Segurança, Adjunto do Centro de Comunicações e como Instrutor de Educação Física.

Foi Adjunto do Comandante no Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército onde foi também formador no Curso de Segurança Militar e no Curso de Operações HUMINT.

No Comando das Forças Terrestre

foi Adjunto do Comandante.

Cumpru três missões no estrangeiro, uma no âmbito das Forças Nacionais Destacadas como Sargento de Informações do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (KTM/TACRES/KFOR), no Kosovo. Duas como Elemento Nacional Destacado como Operador de HUMINT no “*Allied Military Intelligence Battalion*” (AMIB) na Ex-Jugoslávia e Operador de HUMINT/CI na “*European Union Military Assistance Mission*” (EUMAM MOZ), em Moçambique.

Desempenhou ainda o cargo de Amanuense/Arquivista do Representante Nacional de Ligação, no Gabinete Militar da Embaixada de Portugal em Washington e no “*Allied Command Transformation*” (ACT), em Norfolk nos Estados Unidos da América.

Participou como Investigador no “*Projecto de Investigação, Desenvolvimento e Inovação - Advanced Combat Uniform*” e colaborou no desenvolvimento do novo padrão de camuflagem para o Exército Português.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações, nacionais e estrangeiras.

Em 30 de Julho de 2026 foi apresentado como Assessor do General CEME para as Categorias de Sargentos e Praças e Sargento-Mor do Exército.



Inteligência Artificial (IA) na Defesa: a tecnologia deve apoiar a humanidade, não substituí-la!

A Inteligência Artificial (IA) está a transformar rapidamente os sectores da defesa e da segurança. Desde a análise de informações e a defesa cibernética até ao apoio operacional no campo de batalha, a IA já não é um conceito do futuro. Está já a tornar-se parte integrante das estruturas militares e das políticas de segurança em todo o mundo. A verdadeira questão hoje não é, portanto, se a IA será utilizada na defesa, mas até onde estamos dispostos a permitir que ela vá e sob que limites humanos, éticos e legais.

Enquanto organização europeia que representa o pessoal militar, as suas associações e sindicatos, a EUROMIL considera que este debate não pode limitar-se apenas à tecnologia. Por trás de cada operação estão seres humanos: cidadãos que precisam de protecção, sociedades que devem preservar os valores democráticos e militares de quem se espera que assumam responsabilidades em situações complexas e perigosas. Os militares compreendem, talvez melhor do que ninguém, que as decisões tomadas em segundos podem ter consequências irreversíveis para os civis, os camaradas e a estabilidade internacional. Essa realidade

humana deve permanecer no centro desta discussão.

As recentes declarações do Papa Leão XIV reabriram um importante debate internacional. O seu aviso de que *“a vida e a morte humanas nunca devem ser delegadas a um algoritmo”* reflecte preocupações partilhadas muito para além dos círculos religiosos. Ao mesmo tempo, há quem saliente que a IA pode ajudar a proteger vidas, reforçar as capacidades defensivas e apoiar os países que enfrentam agressões ou ameaças híbridas. Esses argumentos não devem ser simplesmente ignorados. As democracias têm o direito legítimo de se defenderem, e os militares merecem tecnologias que melhorem a protecção e reduzam riscos desnecessários.

Mas também é necessário que haja limites claros. A IA pode auxiliar o pessoal militar, mas nunca deve substituir o julgamento humano em decisões que envolvam o uso de força letal. As máquinas não compreendem a dignidade, a responsabilidade moral, a proporcionalidade ou as consequências a longo prazo da violência. Os algoritmos processam dados; os seres humanos assumem a responsabilidade. O pessoal militar nunca deve tornar-se um mero operador



passivo, limitando-se a validar decisões já definidas por sistemas autónomos. Um controlo humano significativo deve continuar a ser um controlo real, com a responsabilização firmemente nas mãos dos seres humanos.

A Europa tem, portanto, a responsabilidade não só de investir na defesa e na inovação, mas também de defender os princípios em que se assentam as sociedades democráticas. A segurança e a humanidade não devem tornar-se conceitos opostos. A tecnologia pode evoluir rapidamente, mas os valores que defendemos — a dignidade humana, a responsabilização, a democracia e o respeito pelo direito internacional — devem continuar a ser mais fortes do que qualquer algoritmo.

A IA pode tornar-se uma ferramenta importante para a defesa. Mas a humanidade deve continuar a estar no comando. ▲

Europa com falta de militares corre para recrutar 100 mil soldados

Excertos de um trabalho de [Angela Skujins](#)
- Publicado a 21/08/2026 - [Euronews](#)

Comissário europeu para a Defesa, Andrius Kubilius, afirma que a Europa deve conseguir mobilizar rapidamente cerca de 100 mil militares para dissuadir um eventual ataque russo. Especialistas alertam para dificuldades em cumprir esta meta.

A União Europeia apressa-se a reforçar o seu armamento, mobilizando milhares de milhões de euros para dotar os 27 Estados-membros dos recursos financeiros necessários para responder a potenciais ameaças externas.

Apesar destas metas de despesa ambiciosas, reforçadas pelos compromissos de defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), entretanto revistos em alta, fontes do sector alertam que as forças armadas europeias enfrentam desafios significativos de recrutamento e retenção de efectivos.

“No fim de contas, precisamos de ter pessoas suficientes para acompanhar estes investimentos”, afirmou Emmanuel Jacob, presidente da Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL).

Jacob acrescentou que o problema não é novo, mas que o que mudou, disse, foi a urgência crescente. A dimensão dos efectivos necessários para sustentar esta expansão militar sem precedentes foi igualmente traçada em Fevereiro pelo comissário europeu da Defesa, Andrius Kubilius.

“Imaginem que estamos em 2030, o ano em que os serviços de informações dizem que a Rússia estará pronta e disposta a testar a NATO, e que 100 mil soldados russos se estão a concentrar na fronteira da UE e da NATO”, disse em Vilnius, segundo avaliações de serviços de informações europeus.

“Para corresponder a uma concentração

de 100 mil militares, teríamos de mobilizar rapidamente números semelhantes de soldados e de equipamento.”

Mesmo antes de a Comissão Europeia apresentar o seu plano de 800 mil milhões de euros para rearmar a Europa, o Parlamento Europeu já tinha manifestado preocupação com a falta de efectivos. Em 2024, aprovou um relatório que alertava que *“as forças armadas europeias enfrentam graves problemas de recrutamento e de retenção de pessoal”*.

Os eurodeputados instaram o antigo chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, a investigar a escassez e a propor possíveis soluções. Em resposta a perguntas da Euronews, um responsável da Comissão Europeia afirmou que o recrutamento e a retenção continuam a ser da responsabilidade de cada Estado-membro.

Qual é o problema?

Segundo dados recolhidos pela EUROMIL, através de um inquérito a 11 associações e sindicatos militares, a maioria dos inquiridos descreveu o recrutamento nos respectivos países como *“problemático”*, enquanto a retenção foi considerada *“problemática”* ou mesmo *“crítica”*.

Participaram no inquérito associações ou sindicatos militares da Bélgica, Bulgária, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Malta, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia.

Os resultados mostraram que os militares tendem a abandonar as forças armadas ao fim de cerca de 10 anos de serviço. As maiores barreiras ao recrutamento são a concorrência do sector privado, os salários e os requisitos de aptidão física.

Os baixos vencimentos, o fraco equilíbrio entre vida profissional e pessoal e outras condições de trabalho foram apontados como os principais motivos para a saída de pessoal.

Entre as recomendações, o inquérito

defende aumentos salariais e de pensões, um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal e limites ao horário de trabalho, de modo a ajudar a atrair e a reter efectivos.

Steven Everts, director do Instituto da União Europeia para Estudos de Segurança (EUISS), afirmou que o recrutamento e a retenção nas forças armadas são uma questão complexa. *“É um desafio com que as pessoas se debatem”*, disse.

Everts retomou as preocupações com a remuneração e as condições de trabalho dos militares, sublinhando que um dos grandes enigmas reside na forma como a Europa pretende alargar a sua bolsa de reservistas. [...]

Problema também para a NATO

O desafio vai para lá da União Europeia. Um membro da Comissão de Defesa e Segurança (DSC) da Assembleia Parlamentar da NATO, Spyridon Kyriakis, foi encarregado de analisar os *“crescentes desafios”* da Aliança em matéria de recrutamento e de retenção. O relatório deverá ser apresentado no final de Novembro. [...]

A especialista em defesa Chris Kremidas-Courtney escreveu, em 2025, que responsáveis da NATO alertaram para o facto de os modelos de forças actuais serem *“insuficientes”* para uma guerra de alta intensidade e que são necessárias medidas adicionais para atrair e reter pessoal. Isso deverá ser feito através de recrutamento voluntário ou de conscrição selectiva.

Mas também é necessária uma mudança cultural. Quando o chanceler alemão, Friedrich Merz, prometeu, no ano passado, transformar a Bundeswehr no exército convencional mais forte da Europa, o anúncio foi recebido com apreensão.

As alterações legislativas subsequentes, incluindo uma lei que reintroduziu o registo militar obrigatório, levaram milhares de pessoas, sobretudo jovens adultos, a protestar.

KremidasCourtney defende que atrair e reter tropas exigirá não apenas reformas organizacionais, mas também uma mudança cultural mais ampla. *“Se servir nas forças armadas for mal visto numa sociedade, poucos quererão ficar e ainda menos quererão alistar-se”*, escreveu.

“O futuro da segurança europeia dependerá de as suas sociedades conseguirem reconstruir o contrato social em torno da defesa nacional e de outras formas de serviço, de modo a garantir que a Europa dispõe dos militares de que precisa para os desafios que se avizinham”, conclui.



“Da Prontidão de Defesa a uma União Europeia de Defesa — o que se segue?”, pergunta Emmanuel Jacob!

A Europa passou grande parte do último ano a desenvolver capacidades de defesa. Andrius Kubilius levanta agora uma questão mais política: *como deve a Europa organizar a sua defesa colectiva?*

Com o reinício dos trabalhos políticos após o Verão, analiso a evolução do debate — desde a «Prontidão 2030» até a uma possível União Europeia de Defesa mais abrangente, a sua relação com a OTAN e o papel, ainda demasiado frequentemente ignorado, do pessoal militar. E talvez outra questão: *estaremos a assistir a uma mudança no próprio papel do Comissário Europeu para a Defesa?* Algumas reflexões e uma visão geral do ponto em que se encontra o debate. ▲



Reconhecimento e Homenagem – Consciência de Classe!



Conforme noticiámos na edição anterior, quatro semanas após a passagem da tempestade “Kris-tin”, naquele período que para muitos pareceu prolongar-se por vários meses, perante a realidade de edifícios danificados, estruturas comprometidas e uma rotina abruptamente interrompida, criou-se um ambiente de grande exigência para todos os que se encontravam no terreno. No meio da adversidade destacou-se, no entanto, aquilo que tantas vezes caracteriza a cultura militar: a camaradagem, a entreatura e o espírito de sacrifício, valores postos à prova e, com coragem e determinação, assumidos por todos os envolvidos na missão.

Militares de várias unidades apresentaram-se como voluntários, prontos a dar apoio imediato e, mais tarde, já de forma organizada, foram integrados nos esforços para ajudar também a população civil afectada pela tempestade.

Como nos lembramos, as comemorações previstas para aquela altura do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, foram naturalmente canceladas. A prioridade era manter a operação em curso e concentrar todos os recursos na recuperação das Unidades e no apoio às comunidades, missão que implicou sacrifícios pessoais significativos. Vários militares foram deslocados, ficando a cerca de 300 quilómetros das suas famílias, enquanto outros trabalhavam para garantir que a sua Unidade voltasse a estar operacional o mais rapidamente possível.

Mesmo assim, no meio das tarefas exigentes e do esforço diário de reconstrução, houve espaço para assinalar simbolicamente o “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”. Numa cerimónia simples, sem grande formalismo, mas carregada de significado, militares presentes reuniram-se na Base Aérea nº 5, em Monte Real, para cortar um bolo comemorativo.

Mas, materializando a consciência de que “o Sargento não é pessoa de desistir”, os dirigentes, delegados, associados

e amigos, da área de Leiria/Monte Real, imbuídos do espírito de missão, militar, de cidadania, mas também associativo, no passado dia 14 de Maio, congregando cerca de três dezenas de participantes, levaram a efeito no restaurante “O Sobreiro” na Barosa, Leiria, um jantar/debate sobre a situação actual mas, também, e ainda, comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.

Mais do que uma homenagem aos Sargentos, este evento pretendeu homenagear e reconhecer o esforço colectivo



de todos os militares e civis que, durante aqueles dias difíceis, estiveram unidos na missão de reconstruir aquilo que a força da natureza tinha destruído, sem que, no entanto, tenham esquecido o que une este colectivo dos Sargentos de Portugal!

Bem hajam os dirigentes locais, Alice Moreira e Óscar Calado, que organizaram e mobilizaram para o evento! Bem hajam todos quantos responderam e participaram no mesmo com elevada consciência de classe! ▲



Sargentos Portugueses em Organização Mundial

Três Recuperadores-Salvadores da Força Aérea Portuguesa participaram no “Rescue Swimmer Meeting 2026” (RSM), realizado em Roma, Itália, em Junho passado, que reuniu cerca de 150 participantes provenientes de 34 países.

O evento marcou o final de quatro mandatos do Sargento-Ajudante Ivo Pinto na presidência da EURORSA (Associação Mundial de Recuperadores-Salvadores), passando a desempenhar funções de membro consultor da Direcção.

Durante a Assembleia-Geral desta as-

sociação, o Sargento-Chefe Rui Teixeira foi eleito para a Direcção, reforçando a representação portuguesa nos órgãos de gestão da organização.

O RSM reúne profissionais de busca e salvamento de vários países, onde é promovida a partilha de experiências e boas práticas, o reforço da cooperação internacional e o aperfeiçoamento contínuo das capacidades operacionais nesta área de especialidade.

O próximo RSM realizar-se-á em Helsínquia, na Finlândia, em 2028. ▲



A Liga dos Combatentes admite como Sócios pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que professem o ideário da instituição e que se disponham a servi-la. Descubra mais no Núcleo da sua área de residência, em www.ligacombatentes.org ou no QR Code em baixo.

DIREITOS E REGALIAS

- acesso aos 10 Centros de Apoio Médico, Psicológico e Social (CAMPS), em vários pontos do país;
- desconto até 0,12€/litro em combustíveis com o Cartão GALP+;
- descontos em farmácias, óticas e outros serviços de saúde;
- descontos em lojas comerciais e outros serviços;
- benefícios diversos protocolados com dezenas de entidades, incluindo o IASFA;
- receção gratuita da revista «Combatente», publicada trimestralmente;
- acesso gratuito ao Museu do Combatente (Lisboa), Museu das Oferendas ao Soldado Desconhecido (Batalha) e aos museus dos Núcleos;
- inumação em Talhão de Combatentes (reservado a Sócios Combatentes e Efetivos);
- participação em eventos, cerimónias, comemorações e encontros de Combatentes;
- e muito mais...

QUOTAS

- até aos 12 anos: isento
- entre os 13 e 18 anos: 10€/ano
- a partir dos 18 anos: 20€/ano

SAIBA MAIS





Um Exemplo Dentro e Fora da Instituição!



Fotos Exército

Joana Delgado, Segundo-Sargento do Exército Português, tornou-se a primeira portuguesa a competir internacionalmente no basquetebol em cadeira de rodas feminino, ao integrar a selecção “Women of Europe”, constituída por atletas de países europeus que ainda não dispõem de uma selecção feminina na modalidade.

No final de Junho, a camarada participou na “Sharks Cup”, em Essen, na Alemanha, onde representou a “Women of Europe” e contribuiu para o segundo lugar alcançado pela equipa.

No início de Agosto, Joana Delgado integrou um estágio da selecção na Suíça, onde, em Outubro, decorrerá o

Campeonato da Europa.

Depois de um acidente em serviço, em 2017, que lhe provocou uma incapacidade de 70%, Joana Delgado construiu um percurso marcado pela determinação e pela capacidade de superar adversidades, conciliando agora a carreira nos Quadros Permanentes do Exército com a afirmação no desporto adaptado.

Um percurso de superação que demonstra como a determinação, a capacidade de resistir às adversidades e a vontade de ir mais longe permitem vencer obstáculos e alcançar novos objectivos, valores que fazem da camarada Joana Delgado um exemplo dentro e fora da Instituição.▲

Sargento do Exército alcança ouro mundial

Sete militares do Exército representaram Portugal no Campeonato Mundial de OCR, em Limerick, na República da Irlanda, alcançando resultados de destaque entre atletas de vários países.

No seu escalão etário, o Segundo-Sargento António Vilhena sagrou-se Campeão Mundial no “Standard Course”. No “Short Course” sagou-se Vice-Campeão Mundial.

O desporto, OCR - “Obstacle Course Racing” (Corrida de Obstáculos) é uma modalidade que combina corrida em pisos variados, como trilhos ou estrada, com a superação de diversos desafios físicos e técnicos ao longo do percurso.

Uma prova de OCR envolve corrida (deslocação contínua por trilhos, lama, areia ou estradas); obstáculos físicos (transposição de muros altos, redes de escalada, fossos de lama ou água, e rastejos militares); desafios de força e agilidade (utilização de estruturas de suspensão como barras paralelas, argolas e cordas de subida; cargas (transporte de pesos e objectos pesados).

Aos militares participantes e, em particular, ao camarada António Vilhena apresentamos as felicitações e reconhecimento pelos feitos alcançados. ▲



Fotos: Exército

Sargento do Exército, Campeão Nacional de Tiro

Promovido pela Federação Portuguesa de Tiro, a Equipa de Tiro do Exército participou no Campeonato Nacional Absoluto de Carabina 50 m 2026, nas provas de Carabina Deitado e Carabina Três Posições, que decorreu recentemente no Centro Desportivo Nacional do Jamor, em Oeiras.

Na prova de Carabina Três Posições 50 m, o Sargento-Chefe Nélson Freitas sa-

grou-se Campeão Nacional no escalão de Veteranos. Conquistou também a medalha de prata na prova de Carabina Deitado 50 m.

Em ambas as provas alcançou igualmente a medalha de bronze na classificação absoluta.

Ao nosso camarada Sargento-Chefe Nélson Freitas endereçamos os parabéns e o reconhecimento pelo feito alcançado. ▲



Fotos: Exército

Bombeiras de Garra, em prova internacional



Em Maio passado, a Força Aérea marcou presença no ENBOM 26 — XI Encontro Nacional de Bombeiras Militares, realizado em Rio Branco, no Estado do Acre, Brasil, com a participação de três militares da especialidade Operadores de Sistemas de Assistência e Socorros (OPSAS).

O evento, dedicado exclusivamente a Mulheres Militares Bombeiras, reuniu participantes de várias nacionalidades e contemplou dois dias de palestras com temas de elevada relevância, como Saúde Mental, Liderança Feminina e Violência Contra as Mulheres, culminando com um dia dedicado a provas físicas e operacionais.

A representação portuguesa destacou-se de forma notável, alcançando, na categoria de estrangeiras, o 1º e o 2º Lugar na Corrida de 5 km e o 1º Lugar na Prova “Bombeira de Garra”.

Esta Prova “Bombeira de Garra”, realizada em equipas de três elementos, integrou diversas estações técnicas ligadas à actividade operacional de bombeiro, colocando à prova a resistência física, espírito de equipa e capacidade técnica das participantes.

Às nossas camaradas OPSAS, Sargento-Ajudante Alexandra Silveira, Primeiro-Sargento Patrícia Mendes e Primeiro-Cabo Liliana Grade endereçamos os parabéns pelo feito. ▲





A segurança começa com as pessoas

por Emmanuel Jacob, presidente da EUROMIL



O artigo foi publicado originalmente pela Table.Briefings.

A estratégia de segurança da Europa está a ser reescrita em tempo real. A guerra regressou ao continente, a competição estratégica está a intensificar-se e as ameaças híbridas tornaram-se uma característica permanente do panorama de segurança. As expectativas em relação às forças armadas continuam a crescer – desde a defesa territorial até à resposta a crises e ao reforço da resiliência da sociedade.

No entanto, há um factor que continua a ser sistematicamente subestimado nos debates sobre segurança: as pessoas que tornam a segurança possível.

Na qualidade de presidente da Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares (EUROMIL), vejo esta lacuna com crescente preocupação. Em toda a Europa, as forças armadas enfrentam desafios persistentes em matéria de recrutamento e retenção, enquanto as exigências operacionais continuam a aumentar. As missões são mais longas, os ambientes

mais complexos e a carga psicológica mais pesada. Espera-se que o pessoal militar – e as suas famílias – suportem esta pressão como se a resistência fosse ilimitada.

Mas não é.

Se a experiência se esvai mais depressa do que é substituída, se a motivação se desgasta e se o serviço se torna menos atraente para a próxima geração, nenhuma vantagem tecnológica poderá compensar isso. O equipamento não funciona sozinho. A dissuasão não é automatizada. A prontidão é, em última análise, uma questão humana.

Durante demasiado tempo, o pessoal foi tratado como uma questão administrativa, em vez de uma prioridade estratégica. Essa abordagem pertence a outra era. Os recursos humanos devem ser reconhecidos pelo que são: uma capacidade essencial de defesa. Isto requer uma compreensão mais ampla do que o investimento na defesa realmente significa. O aumento dos orçamentos e a modernização do equipamento

são necessários, mas não são suficientes. O investimento deve também abranger as condições de trabalho, a liderança, a educação, o apoio à saúde física e mental e a estabilidade familiar. Carreiras previsíveis, tratamento justo e a capacidade de ser ouvido não são meros complementos sociais; são requisitos operacionais.

A resiliência ilustra esta mudança de forma particularmente clara. O conceito é frequentemente utilizado quando se fala de infraestruturas, energia ou cadeias de abastecimento. Estes elementos são essenciais. Mas a resiliência assenta também na confiança – confiança nas instituições, entre as forças armadas e a sociedade, e nas estruturas democráticas que as orientam.

A relação entre as forças armadas e a sociedade que protegem constitui, por si só, um trunfo estratégico. Quando a legitimidade é evidente e o pessoal se sente respeitado, as forças armadas actuam com maior confiança e eficácia. Quando essa confiança enfraquece, surgem vulnerabilidades – a nível social, político e estratégico. Numa época em que os adversários atacam deliberadamente a coesão através da desinformação e da polarização, esta dimensão não pode ser ignorada.

A governação democrática não deve, portanto, ser vista como um obstáculo à política de segurança, mas sim como um dos seus alicerces. A transparência, a responsabilização e o respeito pelos direitos fundamentais fortalecem as forças armadas. Reforçam a credibilidade da qual a dissuasão depende, em última análise.

A Europa está a entrar naquilo que

muitos descrevem como uma década decisiva para a segurança. A preparação, no entanto, não pode ser medida apenas em termos de metas de despesas ou do número de plataformas entregues. Deve também significar dispor de forças que sejam sustentáveis ao longo do tempo – física, mental e socialmente. É difícil manter a força militar sem força social. Os compromissos financeiros sem o empenho humano correm o risco de se tornar vazios.

As alianças continuam a ser a pedra angular da segurança europeia, mas não se baseiam apenas nas capacidades. Dependem da confiança, da responsabilidade partilhada e da coesão social. É por isso que a dimensão humana não é algo separado da política de segurança – é, pelo contrário, um elemento central da mesma.

O debate sobre a segurança futura sugere, por vezes, uma escolha entre o poder duro e as considerações sociais. Na realidade, uma postura de segurança credível requer ambos. A verdadeira escolha estratégica situa-se entre a aceleração a curto prazo e a resiliência a longo prazo.

Uma estratégia de segurança voltada para o futuro deve, por isso, colocar as pessoas no seu centro – não como uma consideração secundária, mas como uma prioridade no planeamento. A segurança não é garantida apenas por sistemas. É garantida por profissionais qualificados, que devem ser recrutados, apoiados, merecedores de confiança e mantidos no cargo, e por sociedades dispostas a apoiá-los.

Quando investimos nas pessoas, investimos numa segurança duradoura, a longo prazo. ▲

“As armas podem ser adquiridas.

O profissionalismo militar tem de ser construído. E isso leva tempo”.

Os orçamentos da defesa podem aumentar da noite para o dia. As forças armadas, não.

Essa foi a minha principal conclusão após a Cimeira da OTAN em Ancara e a minha participação presencial no fórum «Allies in Ankara».

O debate evoluiu. Já não nos questionamos se os Aliados devem gastar mais em defesa. Perguntamo-nos o que esses investimentos devem proporcionar.

Mas há outra questão que merece igual atenção: «Quem irá operar, manter, liderar e melhorar continuamente estas novas capacidades?»

Em toda a OTAN, o recrutamento, a retenção e a competição por pessoal altamente qualificado estão a tornar-se desafios estratégicos.

As fábricas podem aumentar a produção. Os governos podem aprovar orçamentos mais elevados. A tecnologia pode evoluir rapidamente. O profissionalismo militar, não.

Artigo de Opinião de Emmanuel Jacob

Esta é uma reflexão pessoal a partir de Ancara. As opiniões aqui expressas são da minha exclusiva responsabilidade e são escritas a título pessoal.



Nesta reflexão pessoal, defendo que o próximo debate estratégico se deve centrar não só na capacidade industrial e na inovação, mas também nas pessoas que, em última análise, determinam a prontidão militar.

A Cimeira da OTAN em Ancara marca



um momento importante na evolução da Aliança. Durante mais de uma década, os debates entre os Aliados centraram-se, em grande medida, numa única questão: iriam os Estados-Membros finalmente investir mais na defesa? A julgar pela Declaração da Cimeira e pelas mensagens políticas que a rodeiam, esse debate foi,

em grande parte, resolvido. O foco passou agora do compromisso político para a implementação, de chegar a acordo sobre o aumento das despesas para garantir que esse aumento do investimento se traduza numa capacidade militar credível.

A Declaração da Cimeira reflecte esta mudança. Coloca uma forte ênfase na expansão da capacidade industrial de defesa, na aceleração da inovação e no investimento em inteligência artificial, defesa aérea e antimísseis integrada, capacidades cibernéticas, drones e ataques de precisão de longo alcance. Confirma igualmente o apoio militar contínuo a longo prazo à Ucrânia e sublinha que os aliados europeus estão a assumir uma maior responsabilidade pela defesa da Aliança, trabalhando em conjunto com os Estados Unidos.

Trata-se de desenvolvimentos significativos que devem ser acolhidos com agrado. Uma capacidade industrial mais forte e um investimento susten- »»»»



»»»»» tado são indispensáveis para que a Europa possa reforçar a sua segurança num ambiente estratégico cada vez mais instável.

O debate que não estamos a ter

Estar em Ancara durante a Cimeira e participar no «*Allies in Ankara*» — o fórum paralelo sobre políticas, organizado pela Conferência de Segurança de Munique e pela Fundação SETA — proporcionou-me a oportunidade de acompanhar o debate mais alargado que se desenrolava entre parlamentares, ministros, especialistas militares e decisores políticos.

Embora as discussões tenham abrangido um vasto leque de temas, uma impressão ficou-me gravada ao longo dos dois dias. O debate passou, de forma notavelmente rápida, da questão de quanto devemos gastar para a questão do que devemos adquirir. Está a ser dedicada muito menos atenção à questão de quem irá, em última instância, transformar esses investimentos em capacidade militar efectiva. Não se trata simplesmente de uma questão de pessoal. Está a tornar-se rapidamente num dos desafios estratégicos da OTAN.

Durante os debates, foi dedicada uma atenção considerável à produção industrial, à inovação tecnológica, às cadeias de abastecimento e às capacidades emergentes. A experiência da Ucrânia assumiu um papel de destaque, não só como um país que necessita de apoio contínuo, mas também, cada vez mais, como um fornecedor de segurança cuja experiência operacional está a ajudar a moldar o futuro da defesa europeia. Os representantes ucranianos explicaram como o “*feedback*” contínuo proveniente do campo de batalha permite à indústria melhorar o equipamento, adaptar as tecnologias e acelerar a inovação. Salientaram ainda que uma defesa aérea eficaz não pode basear-se exclusivamente na interceptação, devendo também visar as plataformas de lançamento, a logística, o armazenamento de munições e as instalações de produção.

Estas são lições operacionais importantes. No entanto, ilustram também uma questão mais ampla. Nenhuma destas capacidades existe independentemente das pessoas que as desenvolvem, operam e melhoram continuamente. A inovação não é impulsionada apenas pela tecnologia. Depende de soldados, comandantes, técnicos de manutenção e investigadores experientes que aprendem em conjunto em condições extraordinariamente exigentes.

O mesmo se aplica às ambições mais amplas da OTAN. As fábricas podem aumentar a produção. Os governos podem aprovar orçamentos de defesa mais elevados. As novas tecnologias podem ser desenvolvidas a uma velocidade notável. Mas não é possível formar profissionais militares experientes da noite para o dia.

O recrutamento, a formação e a retenção de pessoal, o desenvolvimento de líderes, a constituição de unidades coesas e a aquisição de experiência operacional continuam a ser investimentos a longo prazo que não podem ser comprimidos em ciclos políticos ou orçamentais.

O Desafio que se Avizinha

Outra observação interessante de Ancara foi o grau de continuidade no debate transatlântico. Apesar das diferenças políticas, os representantes democratas e republicanos expressaram expectativas notavelmente semelhantes de que a Europa deve assumir uma maior responsabilidade pela sua própria defesa. Esta expectativa não teve início com o Presidente Trump. Sucessivos governos americanos têm instado os aliados europeus a reforçarem as suas capacidades militares. O que mudou não foi o objectivo estratégico, mas sim a urgência política — e o ambiente cada vez mais imprevisível em que estas discussões agora se desenrolam.

Isto cria um desafio adicional para a Europa. O planeamento da defesa exige coerência ao longo de muitos anos, enquanto os sinais políticos podem mudar em poucos dias ou mesmo em poucas horas. A produção industrial segue um calendário, a tomada de decisões políticas segue outro e a capacidade militar segue um terceiro. O verdadeiro desafio para a Aliança consiste em garantir que estes diferentes ritmos permaneçam alinhados durante tempo suficiente para gerar uma prontidão operacional duradoura.

Por essa razão, considero que o próximo debate estratégico no seio da OTAN deverá dar maior ênfase à dimensão humana da defesa. Em muitos países aliados, o recrutamento e a retenção de pessoal tornaram-se tão desafiantes quanto a aquisição de equipamento moderno. A concorrência por pessoal altamente qualificado, a evolução demográfica e a necessidade de competências cada vez mais especializadas irão moldar a eficácia das forças armadas aliadas nas próximas décadas. Estas já não são meras preocupações administrativas; são determinantes estratégicos da prontidão militar.

A Cimeira de Ancara demonstrou que a Aliança entrou numa nova fase. A questão já não é se a OTAN irá investir mais na defesa. A questão é se esses investimentos podem ser transformados em capacidade militar sustentável.

Isso dependerá não só dos orçamentos, da capacidade industrial e da inovação tecnológica, mas, em última análise, das pessoas que prestam o serviço nas forças armadas.

“As armas podem ser adquiridas. O profissionalismo militar tem de ser construído. E isso leva tempo”. ▲

Alemanha suspende as promoções aos postos mais elevados de Sargentos e anuncia a reestruturação das carreiras



O Ministério Federal da Defesa alemão anunciou um congelamento temporário das promoções aos postos de “*Stabsfeldwebel*” e “*Stabsbootsmann*” (OR-8), com efeito a partir de 1 de Julho de 2026. Numa declaração em vídeo, a 16 de Maio passado, o Inspector-Geral Carsten Breuer comunicou a decisão, reconhecendo que a medida “*não é agradável*”. O congelamento permanecerá em vigor enquanto for desenvolvida uma nova estrutura de promoções e de pessoal, num processo que se prevê que se prolongue até ao início de 2027, embora ainda não tenha sido definida uma data precisa.

A decisão surge na sequência de um acórdão proferido em Julho de 2025 pelo Tribunal Administrativo Superior da Renânia do Norte-Vestefália (OVG NRW), que considerou que os requisitos de tempo mínimo de serviço para a promoção, há muito em vigor no sistema de carreira militar alemão, violam o princípio constitucional da progressão na carreira com base no mérito, nos termos do artigo 33º, nº 2, da Constituição alemã. O Ministério estava ciente da questão há cerca de duas décadas, uma vez que requisitos semelhantes para funcionários públicos já tinham sido revogados pelos tribunais, contudo, nenhuma medida tinha sido tomada.

Para além do congelamento das promoções, o Ministério anunciou uma reestruturação fundamental das carreiras: no futuro, os militares deixarão de ser promovidos aos postos seguintes enquanto permanecem no mesmo cargo. O Ministro da Defesa, Boris Pistorius, criou um grupo de trabalho ao qual foi confiada a tarefa de desenvolver uma nova estrutura de pessoal baseada na Estratégia Militar e na Postura de Defesa da Bundeswehr.

A associação socioprofissional de militares alemães, “*Deutscher Bundeswehrverband*” (DBwV), membro

da EUROMIL, manifestou sérias preocupações e adverte que a combinação do congelamento temporário das promoções com a reestruturação dos cargos equivale a uma mudança de paradigma que afecta todo o universo de Sargentos, amplamente considerado como a espinha dorsal das forças armadas alemãs. Os militares que estavam prestes a ser promovidos ao abrigo do sistema anterior irão agora enfrentar atrasos, e muitos terão de lidar com uma maior frequência de transferências, o que afectará directamente a vida familiar.

O presidente da DBwV, Coronel André Wüstner, alertou que, se a comunicação que acompanha a medida não conseguir inspirar confiança e credibilidade quanto ao objectivo final, existe o risco de “*danos duradouros para o universo de Sargentos*”.

A DBwV exige que o congelamento seja levantado o mais rapidamente possível, que a reestruturação seja implementada simultaneamente em toda a Bundeswehr e que as vias de carreira regionalizadas continuem amplamente disponíveis — um factor crítico para conciliar o serviço militar com a vida familiar.

A DBwV insiste que a reestruturação não deve conduzir a um retrocesso social, mas sim ser aproveitada como uma oportunidade para reformar as estruturas de carreira, remuneração e pensões. O Comissário Parlamentar para as Forças Armadas, Henning Otte, prometeu o seu apoio.

Para as associações socioprofissionais e sindicatos militares de toda a Europa, a evolução da situação na Alemanha ilustra a importância crucial de se dispor de segurança jurídica e de quadros de carreira transparentes e justos para o pessoal militar — especialmente numa altura em que as forças armadas de todo o continente enfrentam desafios significativos em matéria de recrutamento e retenção. ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Em pleno período, geralmente (e erradamente) considerado como de menor actividade, mais propício ao descanso, supostamente dedicado a merecidas férias, a verdade é que, fruto das exigências de serviço e missão que o actual quadro impõe e fruto, também, das inúmeras dificuldades com que muitos dos cidadãos portugueses estão confrontados, a que não estão imunes, nem isentos, os Sargentos, a actividade associativa nestes meses foi necessária e importante.

Dessa necessária e importante actividade apresentamos abaixo um breve resumo:

11MAI – Reunião com Sargentos da Marinha, na sede social. ANS representada por J.Mata e R.Graça;

12MAI – Cerimónia alusiva ao 234º aniversário do IASFA, no CAS-Oeiras. ANS representada por C.Colaço;



14MAI – Jantar/Debate e comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na Barosa, Leiria. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, F.Grenho, A.Moreira, O.Calado, L.Bugalhão e V.M.Alves;



15MAI – Audiência com o General CEMFA, em Alfragide. ANS representada por J.Mata, R.Graça e F.Grenho;



17MAI – Cerimónia de encerramento do 32º Congresso do CDS-PP, em Alcobaça. ANS representada por J.Mata;



20MAI – Encerramento no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, das actividades desenvolvidas pela comissão das comemorações do 50º aniversário do 25 de Novembro.

ANS representada por J.Mata;

21MAI – Lançamento de um livro de Quintela Leitão, no Sana Hotel, em Lisboa. ANS representada por A.L.Coelho;

22MAI – Reunião na sede social, preparatória da iniciativa para as comemorações dos 37 anos da ANS;

23MAI – Cerimónia Militar no encerramento das comemorações do Dia da Marinha, em Setúbal. ANS representada por J.Mata;

27MAI – Reunião na sede social com Sargentos Secretários de Adidos Militares de vários países. ANS representada por J.Mata;

27MAI – Na Casa do Alentejo, em Lisboa, Sessão/Debate comemorativo dos 37 anos da ANS, 35 anos do jornal “O Sargento” e 50 anos da CRP;



28MAI – Audiência com GP-CH, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Mata, F.Grenho e L.Bugalhão;



29MAI – Cerimónia evocativa do Dia das Operações de Paz e Humanitárias, em Belém. ANS representada por V.M.Alves;



02JUN – Audiência com o General CEMGFA, no Restelo, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, F.Grenho e V.M.Alves;



02JUN – 16ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social e via vídeo;

05JUN – Assembleia-Geral Extraordinária, na sede social, no Lumiar, em Lisboa;



10JUN – Em Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, Cerimónia Militar no encerramento das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades. ANS representada por H.Pinheiro;

10JUN – Cerimónia de Homenagem aos Combatentes 2026, em Belém. ANS representada por L.Bugalhão;



12JUN – Reunião na sede social, sobre a situação dos FUR/DFA. ANS representada por A.L.Coelho;

23JUN – Cerimónia alusiva ao “Dia dos Veteranos das Forças Armadas Alemãs”, na residência oficial da Embaixadora da Alemanha, no Restelo, em Lisboa. ANS representada por A.L.Coelho;

24JUN – Cerimónia comemorativa do 55º aniversário do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;



24JUN – Audiência com o GP-PS na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, F.Grenho e L.Bugalhão;



27JUN – No Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche, cerimónia dedicada aos portugueses que combateram o fascismo na Guerra Civil de Espanha e o nazi-fascismo na Resistência em França. ANS representada por A.L.Coelho;



01JUL – Visita à sede social, por parte do Sargento-Mor Paulo Chantre Lima, das Forças Armadas de Cabo Verde, para troca de impressões e conhecimento da nossa realidade associativa. ANS representada por J.Pereira, A.L.Coelho e A.Martins;



01JUL – 17ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social e via vídeo;
04JUL – Cerimónia Militar no encerramento das comemorações do 74º aniversário da Força Aérea Portuguesa, em Viana do Castelo. ANS representada por H.Costa;
07JUL – Na sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, cerimónia de tomada de posse dos novos Órgãos Sociais do Sindicato do Pessoal de Investigação Criminal da PJ. ANS representada por V.M.Alves;



12JUL – Cerimónia comemorativa dos 25 anos da Delegação de Lisboa da ADFA, na sua sede social, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;



14JUL – Reunião, em Lisboa, com Sargento Sebastian Kerntopf, chefe do Gabinete do Adido Militar da Alemanha. ANS representada por A.L.Coelho;
31JUL – Reunião na sede social, sobre a situação dos FUR/DFA. ANS representada por A.L.Coelho;
05AGO – 18ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial na sede social e via vídeo;
19AGO – Reunião do Secretariado da ANS, via plataforma vídeo.

Na altura do fecho desta edição prosseguem os trabalhos de preparação para a constituição da lista de órgãos sociais a apresentar pela Direcção às eleições para o próximo biénio que, conforme anunciado, terá lugar nas comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Lisboa, em 2027. Este é um trabalho fundamental para prosseguir com a defesa dos anseios, aspirações e objectivos dos Sargentos de Portugal.

Estão em curso outros trabalhos preparatórios para continuar as reuniões e contactos com Sargentos, fruto das necessidades de apoio cada vez mais prementes resultantes do descalabro em que se encontra a Condição Militar.

De todas estas iniciativas, trabalhos, reuniões e encontros daremos conhecimento na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲

Na Suécia, inquérito destaca os desafios do recrutamento no sector da defesa



Um inquérito encomendado pelo Sindicato de Militares Suecos, “Officersförbundet” (SAMO), revela uma discrepância notável entre o apoio público à defesa nacional e a disponibilidade para servir nas condições actuais. Enquanto 89% dos inquiridos afirmam que é importante que a Suécia tenha uma defesa forte, apenas 1% afirma que consideraria tornar-se militar pelo salário actualmente oferecido.

O inquérito, realizado pela Norstat em Maio de 2025, revela também que 80% dos inquiridos consideram que a Suécia irá necessitar de mais militares no futuro. Ao mesmo tempo, muitos dos inquiridos mostram-se relutantes em seguir uma carreira militar. De acordo com os resultados, 58% não gostariam de se tornar militares, independentemente do salário, enquanto apenas uma minoria muito reduzida aceitaria

essa função com o nível salarial actual.

Os resultados sublinham uma preocupação mais ampla de que o recrutamento e a retenção nas forças armadas não podem ser resolvidos apenas com base na ambição política. Se os países europeus pretendem reforçar as suas capacidades de defesa, devem também garantir que o pessoal militar beneficie de condições de trabalho justas, salários competitivos e o devido reconhecimento pelas responsabilidades que assumem.

Esta não é apenas uma questão sueca, mas parte de um debate europeu mais alargado sobre a sustentabilidade das carreiras militares.

O inquérito sueco revelou ainda que muitas pessoas sobrestimam os salários militares, com 8 em cada 10 inquiridos a acreditar que os militares ganham mais do que realmente ganham. O salário base actual referido no inquérito ronda as 25000 coroas suecas (cerca de 2500 euros) por mês para um soldado e cerca de 30000 coroas suecas (cerca de 2800 euros) para um oficial de carreira.

Para todos nós, a mensagem é bem clara: uma política de defesa credível deve andar a par de uma política de pessoal credível. O apoio público à defesa continua a ser elevado, mas esse apoio deve ser acompanhado de investimento nas mulheres e nos homens que servem nas forças armadas. ▲

Bolsa de Reservistas Voluntários? Porquê?... E porquê, agora?

Algumas das declarações que João Mata, Presidente da Direcção da ANS, prestou à Antena 1, no passado dia 17 de Agosto, acerca de um projecto para a criação de uma bolsa de reservistas voluntários.



Não vemos a necessidade da criação dessa Bolsa porque há problemas de fundo que devem ser tratados como prioritários, antes de se avançar para outras posições que consideramos supérfluas, se não se tratarem dos problemas de raiz.

Não consideramos que seja a criação de uma Bolsa de Reservistas Voluntários que venha resolver os problemas de recrutamento e, essencialmente, de retenção que as Forças Armadas vivem neste momento.

Questionamos essa necessidade, agora, quando existem outras alternativas, pois, todo o cidadão entre os 18 e os 35 anos de idade tem obrigações militares para com a Nação e a convocação desses cidadãos está já prevista em Lei. Temos a Lei de Defesa Nacional e a Lei do Serviço Militar que prevêm este tipo de situações.

Para além do mais, isto pode criar um precedente perigoso por abrir a porta à desregulação do serviço militar na situação de Reserva. ▲

Publicado a 01JUL2026 no jornal Correio da Manhã

OPINIÃO

Correio da Justiça O Estado que dá e tira

Regina Soares
Presidente do Sindicato
dos Funcionários
Judiciais



Os direitos não podem ser revertidos por interpretação

tar, com valores já gastos e muitos em saúde.

Isto chama-se insegurança jurídica: veste-se de tecnicismo, mas o efeito é simples. Os direitos não podem ser revertidos por nova interpretação administrativa. E, por causa desta inversão, é preciso voltar novamente a tribunal, e assim anda o Estado com os trabalhadores, sempre em incerteza e desgaste. A justiça exige estabilidade. O Estado tem de respeitar aquilo que foi decidido, e se não concorda atua no momento e nos prazos que a lei impõe, porque sem confiança não há justiça que se cumpra nem dignidade que se mantenha.

O Estado não pode dar e tirar. A lei tem prazos.

Há situações para os Funcionários Judiciais na justiça que revelam um problema grave. Um tribunal reconhece um direito e a administração cumpre essa decisão por despacho, paga o que devia e declara que o trabalhador foi restituído. Mais de um ano depois, a mesma administração muda de entendimento, exige a devolução dos valores e tenta desfazer o que tinha validado. Quem confiou no Estado fica sem saber se o que recebeu é definitivo ou provisório, num limbo que nenhum trabalhador deveria supor-



Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas

se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

- RIVA OFFICE
- MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA
- AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)
- DS SEGUROS SANTARÉM - MÉTODO ATENCIOSO, LDA (SANTARÉM)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO

- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNARDO
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.
- **ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT**

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de "Cidadãos em Uniforme", e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o "espartilho" criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!



**"Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal"!**